

FERNANDA ARGOLO

LINDA RUBIM

Presidentas do Cone Sul e os desafios da inclusão feminina ao campo político

Paper (1108-1) apresentado ao SPG 20: **Gênero, feminismos e política** do 42º Encontro Anual da Anpocs, coordenado por Daniela Rezende e Maíra Kubík Mano.

CAXAMBU (MG), 2018

Presidentas do Cone Sul e os desafios da inclusão feminina ao campo político

Fernanda Argolo¹

Linda Rubim²

INTRODUÇÃO

Em 1º de janeiro de 2011 tomou posse a primeira presidente mulher da história do Brasil: a mineira Dilma Vana Rousseff. “Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta; e para que – no dia de hoje – todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher” (ROUSSEFF, 2011). O discurso refletia a expectativa da época, de que a chegada de uma mulher ao posto mais alto do executivo nacional pudesse finalmente alavancar a participação das mulheres no campo político e mais, representasse a inclusão de pautas feministas na agenda política. Havia outros dois bons motivos para se pensar assim, Chile e Argentina também elegeram na mesma década mulheres para a presidência, Michelle Bachelet e Cristina Kirchner. Bachelet foi a pioneira das três, eleita em 2006 e reeleita em 2013. Além das três sul-americanas, citamos ainda a ascensão da cientista política Laura Chinchilla à chefia do executivo da Costa Rica, em 2010. Essas vitórias sinalizam uma mudança no cenário político latino, amplamente dominado pelos homens.

A eleição dessas mulheres contrariava a teoria, visto que a maior parte das pesquisas sobre a participação política feminina indicava que quanto mais alto na hierarquia fosse o cargo, menores seriam as chances de uma mulher ser eleita, porque as “qualidades masculinas” são mais valorizadas quando a eleição sai da esfera local para a nacional (HUDDY; TERKILDSEN, 1993; ROSENWASSER; DEAN, 1989). Deste modo iniciamos uma pesquisa, nos idos de 2012, sobre as estratégias utilizadas pelas presidentas para promoverem a quebra desse “teto de vidro”.

Na campanha eleitoral, elas empregaram narrativas semelhantes e símbolos consagrados do feminino, como a maternidade. As três falavam de um novo modo de fazer política,

¹ Mestre em Cultura e Sociedade pelo Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (UFBA). Especialista em Gestão da Comunicação Organizacional (UNICEUB). Possui graduação em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia. Doutoranda em Cultura e Sociedade (IHAC/UFBA) e pesquisadora do grupo Miradas, do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT-UFBA).

² Doutora em Comunicação e Cultura; professora e pesquisadora dos Programas de Pós-Graduação: PPGNEIM e PósCultura – UFBA; Membro fundador do CULT-UFBA, onde coordena o grupo de pesquisa Miradas.

do olhar da mulher sobre o mundo, e havia o reforço ao pioneirismo delas no campo político. A abordagem empregada nas campanhas é tematizada pela literatura especializada como “oportunidade de gênero”, qual seja utilizar o discurso do gênero para ofertar um novo modo de fazer política, remetendo a características “inatas” das mulheres, como a maternidade, honestidade e cuidado com o outro.

Mas não foi apenas a propaganda eleitoral que consolidou a ponte dessas mulheres ao poder. A conjuntura política e o apoio do presidente anterior foram fundamentais para a vitórias. Elas representavam a continuidade de projetos políticos bem-sucedidos. A primeira eleita, Michelle Bachelet, tinha o apoio do presidente Ricardo Lagos, de quem foi ministra da Saúde e posteriormente da Defesa. Os dois pertencem a Concertação, coalizão de centro-esquerda que assumiu a condução do país após a derrubada da ditadura de Augusto Pinochet. Já na Argentina, Cristina Fernandez de Kirchner, sucedeu o marido Néstor Kirchner, do Partido Justicialista de centro-esquerda, que vinha de um governo com amplo apoio popular especialmente pelos bons resultados da economia argentina no período.

Dilma Rousseff chega à campanha eleitoral de 2010 apoiada pelo presidente Lula, que à época tinha 84% de aprovação popular. A gestão Lula marcou um período de reformas sociais, o combate à miséria, com aplicação de políticas redistributivas, como o consagrado programa Bolsa Família e o programa de habitação Minha Casa, Minha Vida. Ressalte-se que a indicação de Dilma Rousseff para concorrer à presidência é também oportunizada pelo escândalo do mensalão³, que derrubou as principais lideranças do Partido dos Trabalhadores e do governo Lula.

Assim, é pela soma da conjuntura político-econômica favorável, mais o apelo da continuidade e da expectativa de uma gestão feminina diferenciada que essas mulheres alcançam a primeira vitória nas eleições presidenciais.

Com grande apoio popular nos primeiros mandatos, as três presidentas sul-americanas alcançam a reeleição, já mais protagonistas de suas campanhas⁴, menos à sombra de seus

³Mensalão é o nome pelo qual ficou conhecido o escândalo de corrupção política que correspondia ao pagamento de propina a parlamentares do Congresso Nacional para apoio a votações de interesse do governo, deflagrado no primeiro mandato do presidente Lula, no ano de 2005. O episódio veio à tona após entrevista do deputado federal Roberto Jefferson do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ao jornal *Folha de S. Paulo*. Durante as investigações, integrantes do núcleo duro do Governo, como o chefe da Casa Civil José Dirceu, foram acusados de operar o esquema, e, em 2013, foram condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

⁴A propósito, Cristina Kirchner vai para a reeleição sem a presença de Néstor Kirchner, falecido em 2010. E no caso de Bachelet, reforça-se o fato de a legislação chilena não permitir a reeleição consecutiva, o que a fez esperar um intervalo de quatro anos para entrar em uma nova disputa presidencial.

apoiadores. Entretanto o cenário dessa segunda incursão não é o mesmo. Os resultados da economia já não são tão animadores e há um fortalecimento da mobilização social dos opositores aos governos.

Entre 2015 e 2016 a situação política das três presidentas alcança os piores contornos, com queda vertiginosa de seus índices de popularidade. Bachelet, que ao assumir o governo apresentava popularidade de 81%, chegou ao pior indicador em junho de 2016, com 20% de aprovação popular. Cristina Kirchner, que recebeu mais votos que todos os presidentes eleitos nos 28 anos de democracia argentina, cai dos 74% dos primeiros anos para 30% em 2015, ano da última eleição presidencial argentina. No Brasil, Dilma Rousseff chega a 2016 com 70% de desaprovação ao governo, uma mudança assombrosa perto dos 80% de aprovação alcançada na primeira gestão. Esse resultado relaciona-se à crise econômica que atinge de modo diferenciado os três países, e aos escândalos de corrupção envolvendo membros dos Governos.

Diferentes análises do ponto de vista econômico e político partidário dão conta de uma face dos problemas enfrentados pelas mandatárias, mas pouco se fala sobre como a categoria gênero permeou e determinou percepções sobre a gestão dessas mulheres.

Neste sentido essa pesquisa desloca o foco de avaliação dos escândalos de corrupção e dos resultados da economia, para compreender quais as tensões que demarcam a incursão feminina pelo mundo da política, em especial o debate sobre o modelo de inclusão e adaptação das mulheres ao espaço político, e como a liderança das mulheres é percebida e representada pelos meios simbólicos.

Para responder às múltiplas questões suscitadas pelo tema da investigação foi necessário recorrer a um aporte teórico multidisciplinar, que conta com postulados da teoria política feminista (YOUNG; 1990, FRASER; 2007; JAMIESON, 1995; CAMPUS, 2013) e conceitos oriundos da comunicação social, em especial da análise crítica da mídia (KELLNER, 2001, FERGUSON, 2004). Assim, foram empregados conceitos de diferentes campos, considerando-se sua adequação às questões suscitadas, e sua capacidade “de organizar efetivamente os fenômenos” (BAL, 2009, p. 48).

O método documental foi empregado para a composição do *corpus* de pesquisa, dividindo-se em levantamento bibliográfico, que traz a literatura feminista sobre o tema, e, para a análise da representação simbólica, notas da imprensa brasileira, chilenas e argentinas, matérias telejornalísticas e dados de organizações de monitoramento de mídia. O material foi analisado em abordagem multiperspectivista (KELLNER, 2001, p.129), com uma análise crítica da cultura da mídia, que considera o contexto social, político e

histórico, diferentes variáveis que envolvem as pautas, e os postulados da perspectiva feminista. Como destaca Ferguson (2004), quando a compreensão dos efeitos da mídia é contextualizada em sua dinâmica sócio histórica, as questões de poder e ideologia são extremamente úteis para se explorar as inter-relações entre informação e poder. O texto está dividido em duas seções e as considerações finais. A primeira seção identifica como elementos estruturais têm impactado o desenvolvimento das mulheres nos espaços de poder. A compreensão dos arranjos institucionais que coordenam a integração das mulheres ao espaço público, e mais especificamente ao campo político, é fundamental para percebermos em que conjuntura se desenrolou as gestões das presidentas sul-americanas. Na sequência, faremos uma reflexão de como a liderança das mulheres é percebida e representada, e de que modo a categoria gênero interfere nessa representação a partir do que se convencionou classificar de enquadramento de gênero.

Mulheres no espaço público: integração, adaptação ou inclusão?

Os séculos de afastamento da esfera pública comprometeram sobremaneira a inserção das mulheres no campo político. Mesmo após a conquista do direito de votar e ser votada, a mulher nunca ocupou, em proporções similares às dos homens, as cadeiras do Parlamento, tampouco os cargos do Executivo. Esperava-se que a regulamentação dos direitos eleitorais fosse condição suficiente para que esse cenário se invertesse. Esse descompasso na ocupação das cadeiras parlamentares foi percebido já no início de 1970, por ativistas de organizações não governamentais de defesa das mulheres e pela Organização das Nações Unidas. Uma das questões que movia o debate era que o número de mulheres eleitoras por vezes era maior que o número de homens, mas isso não se refletia nos quadros representativos, tampouco nas candidaturas. Diante deste diagnóstico, a ONU e demais organismos entenderam que era necessário estabelecer políticas afirmativas que garantissem maior representatividade feminina na esfera pública de decisão.

Em 1979, as Nações Unidas aprovaram um acordo que previa a aplicação de políticas afirmativas e fixava uma agenda de promoção da equidade ente homens e mulheres. Em dezembro deste mesmo ano, a “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher”, traz, em seu artigo 4º, no inciso 1º, a proposta de ações afirmativas:

A adoção pelos Estados Partes de medidas especiais de caráter temporário destinadas a acelerar a igualdade de fato entre o homem e a

mulher não se considerará discriminação na forma definida nesta Convenção, e de nenhuma maneira implicará a manutenção de normas desiguais ou separadas. Essas medidas cessarão quando os objetivos de igualdade de oportunidade e tratamento houverem sido alcançados. (ONU, 1979, p. 2)

Apesar do compromisso firmado com as Nações Unidas, a presença das mulheres nas casas parlamentares não aumentou significativamente, e o tão sonhado equilíbrio representativo não se concretizou. Alguns países instituíram políticas de cotas, de diferentes estilos, algumas com resultados muito positivos, o caso argentino, outras, como no Brasil, não tem alcançado o resultado esperado. Sobre isso a pesquisadora Clara Araújo destaca:

Embora os dados disponíveis não permitam conclusões definitivas, os resultados obtidos até o momento não apontam para um balanço muito favorável. Em termos de alterações nas candidaturas, o balanço é parcialmente positivo, pois elevou razoavelmente o número de candidatas. Contudo, em termos de impacto sobre os eleitos, os resultados são inócuos. E as avaliações necessitam considerar isto. Entre os fatores que também interferem no processo e determinam resultados diferenciados, mereceram destaque o tipo de sistema eleitoral e mais especificamente de lista eleitoral, a cultura política, além das características da lei de cotas aprovada no país, que tendem a limitar sua eficácia. (ARAÚJO, 2001, p. 247)

Após investigação sobre a participação feminina nas eleições de 2010 no Brasil a pesquisadora Fernanda Feitosa (2012), identificou dificuldades para a inserção política das mulheres, pela via partidária tradicional, e apontou exacerbado conservadorismo dos partidos políticos.

Outros aspectos que compõem a dinâmica de acesso aos cargos da democracia representativa também necessitam atenção. Além da instância partidária, têm-se ainda questões referentes ao sistema eleitoral adotado⁵, aspectos sociais como a divisão sexual do trabalho, que ainda estabelece dupla jornada para as mulheres, expressa pela equação atividades do espaço público + atividades do espaço privado, além das expectativas do eleitorado.

Após o Seminário Mulheres na Política – Mulheres no Poder, realizado em 2000, com o objetivo de avaliar os primeiros resultados das políticas de cotas e discutir outras alternativas para o empoderamento das mulheres, as pesquisadoras Miriam Grossi e Sônia

⁵ De modo geral, a literatura argumenta que o tipo de sistema eleitoral afeta o desempenho das mulheres, especialmente em três aspectos: tipo de representação, majoritária ou proporcional; sistema de voto e candidatura; e tamanho do distrito. Ver: Araújo, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, DF, n. 2, p. 23-59, jul./dez. 2009.

Miguel (2001, p.191) identificaram, por meio de depoimentos colhidos durante o evento, que a vida familiar é um dos principais empecilhos para o desenvolvimento da carreira política da mulher.

No entanto, a chegada aos cargos na esfera política não se estabelece como desafio único das mulheres políticas, as barreiras para a adaptação e desenvolvimento de suas carreiras dentro do campo político são enormes e desnudam os alicerces patriarcais em que as instituições democráticas foram erguidas.

Na obra *A Terceira Mulher: Permanência e Revolução do Feminino*, Gilles Lipovetsky (1997) apresenta a revolução feminina que demarca o tempo por ele nomeado de hipermodernidade, com a politização das questões referentes aos direitos das mulheres, a alteração no comportamento social especialmente em sua interação no espaço público e o advento da mulher-sujeito. O filósofo francês enfatiza que o novo feminino é moldado a partir de uma reconciliação entre o passado e o presente, “as funções e papéis antigos perpetuam-se, combinando-se de forma inédita com os papéis modernos” (p.11). O autor observa permanências estruturantes do agir das mulheres no espaço público, como a expectativa de que elas imprimam um comportamento diferente do masculino na condução profissional, menos orientado para a competição e mais voltado para a humanização dos espaços de trabalho. O olhar social sobre a atuação das mulheres no espaço público reconstrói os elementos essencialistas sobre o papel da mulher no espaço privado.

Lipovetsky faz outra contribuição ao debate sobre as exigências às mulheres em sua atuação pública ao identificar que se para elas houve uma reconfiguração de papéis sociais, a identidade masculina (com seus privilégios) permaneceu praticamente inalterada. É relevante perceber em toda a obra do autor francês que as alterações na dinâmica de vida das mulheres não significaram de modo proporcional a alteração das rotinas e do simbólico que compõe a vida dos homens. A propósito, apesar do homem estar mais presente na vida doméstica, no cuidado com os filhos, o papel doméstico ainda é primordialmente assumido pela mulher, como dado naturalizado na cultura e na constituição da identidade feminina⁶. Deste modo Lipovetsky pondera que a não reformulação da identidade masculina, e, portanto, a manutenção de regras e simbologias,

⁶Em recente pesquisa Bila Sorj⁶ (2014) identificou que as mulheres despendem mais tempo com as atividades domésticas do que os homens, em todas as classes sociais. A diferença na clivagem entre raça e classe social fica por conta do número de horas gastas, menor para as mulheres das classes altas. Já para os homens, o número de horas é igual e independe de raça ou classe. SORJ, B. Socialização do Cuidado e desigualdades sociais. *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014.

corroborar à desigualdade de participação de homens e mulheres nos espaços de poder, bem como do que lhes é exigido em termos de atuação nesses espaços. Assim, a chegada de mulheres à presidência da república não representa a ruptura das estruturas materiais e simbólicas que organizam o funcionamento das instituições democráticas, tão somente evidencia as desigualdades estruturais do estado liberal.

As condições de entrada, inserção e permanência das mulheres no campo político revelam as diferenças que se estabelecem para o exercício das funções públicas entre homens e mulheres. Estruturado em um modelo masculino, o campo político, termo aqui empregado conforme a obra de Bourdieu⁷, construiu modos de operação que interdita o acesso das mulheres e outros grupos minoritários, bem como o seu avanço nas estruturas do poder. Neste sentido, é instituída uma cadeia de signos, normas e institucionalidades que legitima o grupo de homens já dominante e expurga ou disciplina as diferenças.

A incorporação do feminino ao campo político está vinculada a uma rede de estratégias paradoxais, que ora afirma os valores da cultura feminina e ora a denega. Scott (1998) na obra “*Only Paradoxes to Offer*” consegue mapear nos discursos de cinco feministas sufragistas francesas o embrião dessa ambiguidade que marca a luta das mulheres por participação na vida pública. Olympe de Gouges (1791), Jane Deroin (1848), Hubertine Auclert (1870), Madeleine Pelletier (1905) e Louise Weiss (1930) representam, na obra, um período na história do movimento sufragista francês, e distintos argumentos em favor dos direitos políticos da mulher. Desde discursos que clamavam pela indiferenciação sexual entre homens e mulheres, passando pela reafirmação dos valores da cultura das mulheres que humanizariam a política, até a defesa da “virilização” das mulheres. O que se vê, portanto, são estratégias de inserção, com argumentos, complementares ou contraditórios, insolúveis paradoxos que permanecem até os nossos dias.

As mulheres que adentram o espaço político, portanto, precisam se adaptar às regras vigentes, que coadunam um jogo de adaptações que invalida ou reforça marcas da feminilidade. Para Dilma Rousseff esse jogo se iniciou na pré-campanha eleitoral de 2010, quando foi iniciado um *retrofit* da imagem da candidata, que deveria aliar os símbolos da cultura feminina aos traços de sua personalidade, considerada

⁷ O campo político, conforme a sociologia de Bourdieu (2011a), expressa um campo de forças e de lutas que exige de seus agentes determinados saberes e o aprendizado dos costumes e regras que ali operam. Por isso, existem, segundo o sociólogo, algumas condicionantes que limitam o acesso dos indivíduos, de um modo geral, ao campo. A primeira condição é tempo livre para a ação política, seguidos de educação e recursos financeiros. Neste sentido, para o sociólogo, a participação das mulheres no campo político é prejudicada, visto a divisão sexual do trabalho, o menor nível escolar e financeiro.

excessivamente masculina. Havia uma cobrança dos colegas ministros a respeito do comportamento contundente de Dilma. Era preciso torná-la mais simpática, com uma fala mais simples, bem como associá-la as representações tradicionais da mulher. Assim foram realizadas alterações drásticas no visual da candidata que incluíram cirurgias estéticas; fonoaudiologia, para suavizar os vícios de linguagem e o tom incisivo; tematização de seu papel materno na campanha, e ao mesmo tempo reforço a seu pioneirismo no campo político (ARGOLO, 2014). Em sua arguição durante o julgamento do processo de impeachment, interpelada pela senadora Regina Sousa (PT), a presidenta voltou a falar das cobranças que pesavam sobre seu comportamento e como isso permeou sua trajetória na presidência.

"Fui descrita como uma mulher dura, e sempre disse que era uma mulher dura no meio de milhões de homens meiguíssimos. Nunca ouvi ninguém acusar um homem de ser duro. E a gente sabe que eles são duros. Muitas vezes disseram para mim: 'mas você é sensível'. Essa informação é estupefante: porque conseguiram construir em torno de mim um nível de desumanização muito alto." (ROUSSEFF, 2016)

Estas condições de atuação das mulheres no campo político são consequência da linguagem e dos modelos de ação que constituem a democracia liberal. Mackinnon (1982) descreve que a neutralidade aventada como base para a instituição do estado liberal, em verdade, organizou o Estado a partir da perspectiva masculina. "O estado liberal de modo coercitivo e autoritário constitui a ordem social no interesse do gênero masculino – por meio de normas, formas, relação com a sociedade e políticas substantivas legitimadoras". Young (1997) avalia ainda que o modelo de deliberação da democracia vigente é oriundo de contextos institucionais específicos do ocidente moderno como tribunais, debates científicos e parlamentos modernos, instituições das revoluções burguesas que tiveram êxito e tornaram-se instituições governantes, com estilos retóricos e culturais definidos em razão do mundo moderno. Entretanto são instituições elitistas e exclusivas que limitam o conceito da deliberação (YOUNG, 1997, p.44 - 45). A autora, que advoga por uma democracia comunicativa mais inclusiva, destaca que nesse modelo há uma disputa entre o mais competente para argumentar; o melhor argumento sobrepõe-se ao entendimento mútuo, e assim ganha quem conhece melhor as regras do jogo, e está mais preparado para o confronto. As mulheres, nesse caso, estariam em desvantagem, pois

conforme a literatura⁸ citada pela autora, as mulheres e meninas em situações discursivas argumentativas, tenderiam a falar menos que os meninos e os homens.

“O ideal deliberativo sustenta que, quando conseguimos eliminar a influência do poder político e econômico, a forma como as pessoas falam e compreendem continuará a ser a mesma. No entanto, essa afirmação só será verdadeira se conseguirmos eliminar tanto as diferenças culturais quanto as diferentes posições sociais. Em suma, o modelo da democracia deliberativa tende a assumir que a deliberação é culturalmente neutra e, ao mesmo tempo, universal. Uma teoria da democracia comunicativa que se concentra nas diferenças sociais reconhece a especificidade cultural das práticas deliberativas y propõe um modelo de comunicação mais inclusivo.” (YOUNG, 1997, p. 44)
(TRADUÇÃO NOSSA)

Com a participação de mais mulheres nos espaços políticos foi possível identificar com certa clareza esses traços da organização social, bem como ficaram também mais claras a disputa pela manutenção do *status quo* e a tentativa de reprodução dos papéis sexuais na divisão dos assuntos públicos, com as mulheres vinculadas a pastas de caráter assistencialistas, e de menor prestígio hierárquico. Para ficar com a definição de Pateman (1990, p.60) "as mulheres vêm sendo excluídas e incluídas como mulheres". Entender como esse processo se dá no campo político, e em outros campos do espaço público é imprescindível para afastarmos a questão da neutralidade associada à justiça e as normas que estruturam a ordem social.

Pateman (1990) destaca o viés patriarcal na constituição do estado liberal, e que sem mudanças estruturais no modelo de organização sócio-política as marcas do patriarcado continuarão moldando as ações de homens e mulheres, e estabelecendo concepções "sexualmente diferenciadas" de cidadania, em que as mulheres são tratadas como mulheres, e seu trabalho menos valorado. Nas ações ditas 'naturais', ritualizadas, o patriarcado se perpetua com a adaptação a padrões da cultura dominante.

Como um exemplo aleatório, mas não menos importante, recordo aqui episódio de um programa de televisão que auxilia pessoas, em geral mulheres, a se vestirem adequadamente. O cabeleireiro fala para uma jovem de 21 anos, que cursa engenharia e trabalha na área que ela precisa cortar o cabelo para camuflar a aparência de menina. Ele afirma que por trabalhar em um ambiente masculinizado ela precisa ter uma aparência mais forte, e conseqüentemente um cabelo mais curto. Opera-se uma intervenção para adequá-la ao campo, conforme as regras tradicionalmente estabelecidas, e nesse caso é

⁸Ver Sanders, Lynn. Against Deliberation. Political Theory: June 1997 v25 n3 p. 347(30). Ver Mansbridge, Jane: Feminism and Democratic Community. Nomos, 1993, vol.35. p. 339:395.

aproximar à imagem de poder, sempre traduzida pela referência masculina. Este tipo de intervenção que a princípio parece mínima denota a resistência simbólica à associação do feminino ao poder. Cabelos longos, voz mais aguda, saias e vestidos, enfim, os signos da cultura feminina não são simbolicamente reconhecidos como signos de força, liderança e poder. O resultado é que ao final, seja como estratégia de negociação, ou como adaptação a uma cultura secularmente imposta, no processo de inserção ao espaço público, as mulheres absorvem a referência masculina e não poucas vezes a reproduzem.

Um caso emblemático na política foi o da primeira ministra britânica Margareth Thatcher, que realizou um treinamento fonoaudiológico, para baixar seu tom de voz, em 46Hz, a metade da diferença entre as vozes femininas e masculinas. A Ministra tinha um tom considerado muito agudo e para seus colegas de Parlamento era completamente inadequado ao cargo público que exercia (VILADOT Y PRESAS, 2008, p. 151).

As listas de adequações que organizam a participação nos espaços decisórios estabelecem, portanto, a diluição visual e discursiva da identidade cultural feminina. Como já observado, é um jogo nos moldes de uma brincadeira de mostra e esconde. Neste, se por um lado a mulher não deve transmutar-se em homem, pois incorreria em um comportamento desviante, por outro deve esconder os traços da feminilidade. Como consequência, a professora Zilda Freitas observa que a fala em público se constituiu em um desafio para as mulheres, divididas entre dois referenciais.

Assim, a mulher vê-se diante de um impasse: utilizar o discurso masculino é pôr em risco sua feminilidade. Não utilizá-lo é expor-se ao ridículo, ao falar em público. A maioria das mulheres opta pela ambiguidade na sua atitude pública, isto é, adotam parcialmente o falar masculino, mantendo um pouco daqueles traços da cultura feminina. (FREITAS, 2002, p. 118)

Esse sistema normativo atua para afastar e constranger identidades subalternas dos espaços decisórios. Nesse processo de integração ao espaço político, os sujeitos vão deixando a diferença pelo caminho. As premissas da cultura dominante são assimiladas, e as consequências práticas são o apagamento de interesses não hegemônicos da agenda política e a permanência da institucionalidade vigente.

A respeito disso, em recente conferência, a presidenta Michelle Bachelet falou dos enfrentamentos de gênero no espaço político e observa: “se você for mulher, te dizem que é fraca porque não grita ou fala palavrão, e algumas mulheres líderes se disfarçam de homens, mas é preciso respeitar a sua própria maneira de liderar” (BACHELET, 2016).

Ainda relativo a esse tema Esteves (2009) critica o modelo de inserção das mulheres ao campo político. Ao fazer uma comparação com o uso dos termos na perspectiva da

pedagogia, o autor evidencia o equívoco em afirmar como inclusão o modelo atual em que as mulheres têm participado do campo político. Na definição da pedagogia integração pressupõe uma relação escola/indivíduo que atribui prevalência ao primeiro termo, e o ensino e a aprendizagem atuam como meios para forçar o ajustamento do indivíduo, com uma matriz dirigista e autoritária. Já a inclusão pressupõe a inversão desse quadro de forças, com o ensino e a aprendizagem orientados para o reconhecimento e valorização das diferenças, e o estímulo a participação do sujeito. Assim, enfatiza o autor, estabelece-se um duplo estatuto em que a escola é agente de ensino, mas também sujeito de aprendizagem. A partir dessa conceituação, o autor avalia:

Parece cumprir-se, assim, um objetivo pouco mais que burocrático, que poucos mostram interesse em equacionar noutros termos que não os de uma «maior integração» das mulheres nos órgãos políticos oficiais: tipo teste ou prova de avaliação, para demonstrar como as mulheres também podem ser competentes (tanto quanto os homens ou talvez mais, é o que se subentende) – não para fazer diferente, mas exatamente «tal qual os homens fazem», do mesmo jeito de sempre e como as coisas «devem» ser feitas. Trata-se, em última instância, de um paradoxo: uma integração não inclusiva, que atrai ao interior do sistema (mais) mulheres, mas continua a sua exclusão, se é que não acaba mesmo por reforçar esta – na medida em que torna mais sutil e imperceptível o dispositivo de dominação em que a exclusão se sustenta. (ESTEVES, 2009, p. 41)

O ponto tratado por Esteves parece mister para entendermos as experiências vividas até então pelas mulheres em sua relação com o espaço público, e coaduna-se com a perspectiva abordada por Lipovetsky, e com a argumentação de Pateman. Tivemos a saída das mulheres do espaço privado para o público, sem, no entanto, reconfigurar as relações do espaço privado tampouco as institucionalidades do espaço público. A incorporação das mulheres aos espaços de poder dá-se num modelo adaptativo, em que elas devem aprender e submeter-se àquela gramática, que por sua vez, denega a validade dos elementos associados à cultura/biologia feminina. Deste modo não se estabelecem rupturas ou hibridismos, mas mantêm-se inalteradas as relações de poder. Assim as avaliações da liderança e do modelo de gestão das mulheres são alvos desse conjunto material e simbólico de regras que denegam as características consideradas femininas como dados legítimos de poder. As lideranças de Cristina Fernandez de Kirchner, Dilma Rousseff e Michelle Bachelet foram avaliadas nesse pano de fundo em que, qualidades consideradas masculinas percebidas no comportamento delas são avaliadas de modo negativo, como comportamentos desviantes de seu sexo, e de outro lado, suas qualidades femininas foram consideradas negativas para o exercício do poder. Estabelecem-se

narrativas em que a mensagem é de que as mulheres não pertencem aos espaços de poder, e que aquelas que ali ousaram pisar, estão fora do lugar.

Presidentas da América Sul – avaliações sobre a liderança feminina

No final do mandato de Cristina Fernández de Kirchner, o portal brasileiro G1 fez uma reportagem sobre o fim da Era “K” na Argentina – uma referência ao sobrenome Kirchner. Primeiro elabora uma descrição concisa de Néstor Kirchner: “Em seu governo, Néstor abraçou a bandeira nacional-desenvolvimentista quando chegou ao poder e defendia a autonomia em relação aos Estados Unidos, ao contrário do antecessor Carlos Menem”. Na sequência, vem a descrição da presidenta Cristina:

“Por sua vez, Cristina é criticada por autoritarismo e pela falta de diálogo em sua administração. “Cristina radicalizou muito o discurso. Ela era muito ruim de diálogo, e isso fica muito evidente depois que o Néstor morreu”, diz o cientista político e professor de relações internacionais da ESPM, Pedro Costa Junior”. (FRANCO, 2015)

Se trocarmos a personagem, observe-se que a descrição será muito próxima. “Dilma tem extrema dificuldade em reconhecer publicamente seus erros, como a aversão à política, o jeito durão, a obsessão centralizadora e a inexperiência política que impossibilitou o diálogo com o Congresso e o PT” (Revista Época, 29/8/2016).

Em mais um exercício, se mudarmos de continente veremos que as descrições sobre líderes mulheres tendem a convergir para as mesmas caracterizações. Ao caracterizar à então primeira ministra canadense Kim Campbell, o jornalista Murray Dobbin (1993, p.29) enfatizou que Campbell perdia a cabeça facilmente, e era definida por seus colegas como agressiva, arrogante e histérica. Em Portugal, Manuela Ferreira Leite, secretária de Estado do Orçamento e ministra da Educação, durante o governo do presidente Cavaco Silva, tinha a seguinte lista de apelidos: “Dama de Ferro”, “durona” e “Cavaco de Saias” (Martins, 2015) . Considerada dura, arrogante e severa por seus pares, Ferreira Leite comentou o epíteto em uma entrevista ao jornal Correio da Manhã:

“Não sei muito bem o que significa ser “dama de ferro”. Mas se dama de ferro significa ter colada uma imagem de intransigência enorme nos valores e nos princípios, de não abdicar deles e de prosseguir caminho independente da popularidade das ações e dos efeitos na minha imagem, se significa isso não tenho nada que me incomodar” (LEITE, 2008).

O livro de Dobbin sobre a primeira ministra Kim Campbell, o livro da pesquisadora Carla Martins (2015) sobre a primeira ministra portuguesa Manuela Ferreira Leite, e os

resultados das pesquisas sobre o que se diz de Dilma Rousseff e Cristina Fernandez, nos dá a sensação de que falamos de uma mesma pessoa. Comportamentos muito próximos e adjetivos idênticos: “dureza”, “aspereza”, “arrogância”, “irritabilidade”, “pouco queridas pelos colegas e funcionários”, “centralizadoras”, “incompetentes”, etc. Em outro polo, estão as líderes consideradas demasiado conciliadoras e suaves, as líderes fracas, descrições empregadas a propósito sobre Bachelet e a primeira ministra neozelandesa Jacinda Arden. É necessário refletirmos sobre como a transposição de todos os estereótipos e expectativas sobre os papéis sociais tradicionais da mulher tem afetado a avaliação da gestão das mulheres políticas, bem como tem servido de balizadores para análises de domínio público sobre a participação delas na esfera política. Observa-se que o problema não está exatamente no padrão de comportamento adotado por elas, mas fundamentalmente na representação simbólica sobre as mulheres políticas, que as tem tratado como seres fora do lugar.

Neste ponto retomo o trabalho de Kathleen Hall Jamieson (1995) sobre o fenômeno do *double bind*. A autora esclarece que a tendência psicológica humana diante de situações ou comportamentos complexos é dividir e dicotomizar os elementos. Por isso operamos na lógica bom ou ruim, verdadeiro ou falso, forte ou fraco. O nó, conforme Jamieson, é quando essa mesma lógica é empregada para determinar as escolhas possíveis às mulheres e polarizá-las como elementos excludentes, na dinâmica “ou um ou outro”. Esta dinâmica, diz a autora, é aplicada para tratar da atuação das mulheres no espaço político, com a diferença que no caso delas nenhuma escolha é boa ou má, são sempre escolhas erradas. Porque o fato delas se aventurarem no espaço político é por si, uma disfunção. As mulheres políticas, portanto, estão sempre entre duas escolhas, e nenhuma delas é a correta. A autora cataloga os cinco tipos mais frequentes de *double binds* que afetam as mulheres na política: 1) útero ou cérebro; 2) silêncio ou vergonha; 3) a mesma coisa ou diferença; 4) feminilidade ou competência; e 5) idade ou invisibilidade.

O primeiro *bind* refere-se ao simbolismo da mulher como um ser emocional, e não racional. A mulher está identificada com as sensações do corpo, sua predisposição a maternidade e as emoções. Neste sentido há uma cobrança entre o sucesso na carreira e o cumprimento do papel social de esposa e mãe. Aquelas que decidem se dedicar apenas a carreira, sem estabelecer relacionamentos conjugais são representadas como desviantes, com questionamentos a sua feminilidade e opções sexuais. Já as que dividem o tempo entre a maternidade e a carreira são frequentemente cobradas pela atuação no espaço privado, a ‘falta’ de dedicação aos filhos e maridos. A autora relembra episódios da

carreira de Hillary Clinton em que eram explícitos os questionamentos sobre sua relação conjugal e com a filha, com avaliações negativas sobre o fato dela se dedicar mais a carreira pública do que ao lar (JAMIESON 1995, p.22-52).

Referente ao segundo *bind*, Jamieson destaca como o silêncio faz parte de uma marca cultural do comportamento considerado adequado para uma mulher. A literatura e os escritos religiosos evidenciam que o silêncio público é uma das condições necessárias para a manutenção da virtude de uma da mulher. As mulheres não são encorajadas para falar em público. E por falta desta prática não é incomum ouvi-las falar sobre essa dificuldade além do seu receio de não capturar a atenção da audiência. (IDEM, 1995, p.82). O discurso feminino é recorrentemente depreciado, e como exemplifica a autora não faltam adjetivos desqualificadores para as mulheres que expõem as suas ideias em público. Conforme Jamieson existe uma tendência histórica em classificar as mulheres por seus discursos como heréticas, putas, bruxas e histéricas. Aciona-se uma dinâmica de silêncio e submissão cuja pena é a vergonha pública. A fala feminina considerada muito pessoal e emotiva está em desacordo com o discurso público, dominado pela ‘racionalidade’ masculina. Young (2002) também enfatizou que o predomínio da chamada racionalidade argumentativa gera constrangimento à fala pública das mulheres, considerada destoante da norma padrão. Neste sentido as mulheres tentam se adaptar ao modo de falar masculino e as regras desse discurso, o que também lhe rende avaliações negativas sobre ser uma mulher muito masculina.

O *bind* diferença em termos de atuação política refere-se ao debate sobre a crença de uma atuação pública das mulheres diferenciada, mas ainda calcada em crenças essencialistas sobre o caráter feminino. Em outro polo a autora destaca a caracterização excludente entre feminilidade e competência. Esse *bind* segundo a autora (1995, p.120-121) está conectado aos outros três já enunciados, e se expressa claramente pela sentença “muito isso, pouco aquilo”. “Muito feminina, pouco assertiva” ou “Muito assertiva pouco feminina”.

“A mulher avaliada desviou-se da norma da feminilidade, ao exceder ou ficar aquém da norma de competência masculina. Ela é muito estridente ou abrasiva, ou é pouco agressiva e assertiva. Ou, alternativamente, ela sucumbiu ao efeito incapacitante do estereótipo feminino da emoção” (JAMIESON, 1995, p. 121) (TRADUÇÃO NOSSA)

O debate que se apresenta ao chegarmos nesse *bind* evidencia o fato da mulher ser identificada como o outro, fora da norma que se expressa pelo masculino. Como destacou

Beauvoir (1989, p. 701-702) o x do debate sobre as mulheres está no fato delas serem avaliadas sempre em comparação com o homem. Ele como o modelo e ela como o outro. Seu modo de ser e agir não é considerado como distinto e legítimo. É um comportamento que está sempre sendo avaliado em oposição ao comportamento masculino, a mulher nunca é referência de si mesma. A propósito, Jamieson (1995, p.176) destaca que o sucesso de uma mulher é frequentemente representado na mídia como produto da negligência dos outros concorrentes, e não como resultado de sua competência. Outra marca, que podemos acrescentar ao que foi destacado pela autora, é a tendência da mídia a retratá-las como criação de outros homens. Neste sentido elas perdem todos os créditos por seus feitos, comumente associados ao poder dos seus criadores. Campus (2013, p.45-46) observa também que os textos não apenas as identificam como criaturas, mas também como marionetes dos políticos mais poderosos. Os casos de Dilma Rousseff e Cristina Fernandez de Kirchner são emblemáticos neste ponto. O apoio de Néstor Kirchner à primeira, e de Lula à segunda, gerou um impacto enorme nas representações simbólicas das duas presidentas, consideradas a serviço de seus apoiadores.

Recordamos editorial televisivo do Jornal da Globo, em outubro de 2010, logo após o anúncio da morte de Néstor Kirchner, que fez uma análise do impacto da ausência do ex-presidente para a política da Argentina. Primeiro o apresentador anunciava que a morte do ex-presidente deixava um vazio político na Argentina. E após apontar que Néstor Kirchner controlava o governo argentino por meio da esposa, o âncora William Waack pergunta: “Qual é a sua impressão a respeito de Cristina Kirchner? Ela consegue governar sem o marido?” (G1, 2010).

Piscopo (2010) enfatiza que Cristina teve que carregar durante a campanha eleitoral o enquadramento de “esposa de”, apesar de ter uma longa carreira parlamentar como deputada federal, e senadora pelas províncias de Santa Cruz e Buenos Aires em períodos distintos. Sobre Rousseff estabeleceram-se duas expressões: poste e criatura de Lula. (ARGOLO, 2014)

O último *bind* destacado por Jamieson refere-se à questões etárias. As histórias clássicas nos contam sobre a autoridade dos anciãos nas sociedades e democracias antigas, e para o imaginário coletivo um Senado composto por homens com idade avançada não gera nenhum desconforto ou estranhamento. Padrão semelhante não se aplica às mulheres. Jamieson avalia que o corpo é uma marca simbólica central na constituição social das mulheres. A avaliação de que com a idade a mulher perde seus atrativos físicos, sua sensualidade e sua capacidade reprodutiva rebate em seu desempenho profissional. A

referência a aparência física das mulheres é comprovadamente maior do que a que se faz aos homens, e o que também se verifica é uma representação depreciativa das mulheres mais velhas.

Modo geral a questão geracional é cruel na maior parte das sociedades, para ambos os gêneros, destaca a autora, mas com as mulheres a depreciação é mais severa. A estética da mídia invisibiliza esses corpos, e a única forma de evitar a invisibilidade é partir para o modelo avó, ou da grande matriarca. A senadora Hillary Clinton é exemplo, entre outros, de críticas geracionais pela mídia americana. Durante suas campanhas eleitorais, ela foi ridicularizada em programas de rádio e tv pela aparência envelhecida, com deboches que incluíam questionar os telespectadores se “eles gostariam de assistir uma mulher envelhecer diante de seus olhos diariamente”. (MEDIA MATTERS, 2016) Na Argentina, Cristina Fernández de Kirchner foi descrita pelo âncora do programa argentino *Periodismo para Todos*, Jorge Lanatta, como “sólo una pobre vieja enferma” (YOUTUBE, 2016).

Murray (2010) organizou um livro com nove experiências globais da cobertura durante campanhas eleitorais de mulheres candidatas a presidentas e primeiras ministras: Angela Merkel, Sègolène Royal, Michelle Bachelet, Cristina Kirchner, Irene Saez, Hillary Clinton, Sarah Palin, Ellen Johnson Sirleaf e Helen Clark. A autora aponta que o conjunto de experiências globais pesquisado revelou uma repetição de enquadramentos utilizados pela mídia para cobrir as candidatas mulheres, agrupados e intitulados pela autora como *gendered news frames*. A maior parte confirma os argumentos de Jamieson sobre a existência do viés de *double binds*. Murray acrescenta que em termos de enquadramento⁹ das mulheres políticas pela mídia, há um foco excessivo na aparência, uso abusivo e informal do primeiro nome da candidata em contrapartida ao dos candidatos; ênfase na “novidade”; maior cobertura de suas relações familiares; e enquadramento das mulheres como mais emocionais e irracionais do que os homens (MURRAY, 2010, p.11-12).

⁹ Na definição de Gitlin, amplamente utilizada por outros autores, enquadramentos “são entendidos como recursos que organizam o discurso através de práticas específicas (seleção, ênfase, exclusão, etc.) e que acabam por construir uma determinada interpretação dos fatos”. (GITLIN apud PORTO, 2002, p.6). Entman reforça que para a identificação do enquadramento é necessário definir a natureza do problema (se política ou econômica, por exemplo) e avaliar quais são os atores envolvidos, a quem está creditada a solução do problema, as soluções propostas, e a avaliação moral do problema dentro do contexto social, se o momento crítico é positivo ou negativo (ENTMAN, 1993, p.1-8). Apesar das críticas ao conceito de enquadramento, considerado um paradigma fraturado pela falta de coesão metodológica (Entman, 1993, p.55-56), é considerado um elemento de análise único para auxiliar o pesquisador a dar sentidos às notícias em particular na aplicação de estudos culturais. Neste sentido, autores dos estudos feministas têm empregado o conceito para avaliar a presença de enquadramentos estereotipados de gênero (CANTREL e BACHMAN, 2008).

Assim a percepção sobre a liderança das mulheres está comprometida pela marca dos estereótipos que acompanham a representação simbólica delas, e pela falta de reconhecimento desse grupo na sociedade.

Retomando o caso das presidentas sul americanas, desde a campanha eleitoral, podemos detectar nos produtos dos meios de comunicação uma narrativa de suspeição sobre a capacidade de Cristina Fernández de Kirchner, Michelle Bachelet e Dilma Rousseff para o mais alto cargo do Executivo (VALDÉS, 2010; PISCOPO, 2010; ARGOLO, 2014). Os conteúdos frequentemente desabonavam as candidatas desqualificando-as enquanto sujeitos portadores de autonomias, mas reconhecendo-as como fantoches dos presidentes em exercício, incapazes de liderar o país. Aqui é preciso ressaltar que as três presidentas representavam a continuidade do partido que já estava no poder. Neste sentido, a vitória dessas mulheres foi associada ao carisma e sucesso dos homens, presidentes, seus antecessores (Néstor Kirchner na Argentina, Ricardo Lagos, no Chile, e Lula, no Brasil). Das três, Bachelet foi a que menos sofreu com esse tipo de associação, o que não se pode dizer de Dilma Rousseff e Cristina Fernández de Kirchner (ARGOLO, 2014).

A pesquisadora chilena Teresa Valdés (2010, p.267) identificou, no entanto, que a campanha de Bachelet sofreu enorme violência simbólica e enfrentamento com os parceiros homens. Ela descreve que apesar de Bachelet despontar em todas as pesquisas como o nome mais aprovado pela população, o partido demorou a decidir-se por ela, e a partir daí os homens do partido trataram-na de forma paternalista, com o objetivo de tutelar a candidata. “Operava a cultura de gênero que menospreza as mulheres no espaço público e na política, e que adquire força quando aqueles homens que deveriam se solidarizar com elas em sua posição de liderança, não as reconhecem e calam.” (VALDÉS, 2010, p.257). Havia uma suspeição generalizada sobre a capacidade de uma mulher tornar-se a principal líder do Executivo. Durante a campanha eleitoral, os meios de comunicação chilenos deram menos espaço a candidata. Considere-se que havia outra mulher na disputa, que também despontava nas pesquisas como favorita, a candidata democrata-cristã Soledad Alvear. Neste sentido destaca Valdés:

A candidatura de Bachelet foi ofuscada na mídia até pelo Presidente Lagos: viagens, inaugurações, discursos e alguns desentendimentos tomavam a imprensa. Parecia como o clímax e Bachelet como o anticlímax. Sua voz masculina ecoou em rádios e televisões, não deixando espaço para discutir o futuro governo e o programa que ele deveria ter. Nada disse os meios das inúmeras oficinas, seminários, reuniões, criações, diálogos e outras atividades de grupos que se reuniam diariamente para apoiar Bachelet e preparar seu programa de governo, e pouco do que dizia ou fazia Bachelet importava. Parecia

mais importante a voz masculina e desafiante do candidato Thomás Hirsch, que poderia continuar a escrita do patriarca protetor. (VALDÉS, 2010, p. 257-258) (TRADUÇÃO NOSSA)

Mesmo com a campanha estereotipada da mídia as três mulheres não apenas venceram as eleições, como foram alçadas a um segundo mandato. Todas com bons índices de popularidade. No segundo mandato a popularidade dessas gestoras cai, por conta da crise econômica, dos escândalos de corrupção envolvendo membros do Governo, e novamente de uma campanha sistemática dos meios de comunicação¹⁰ que não só as colocavam como cúmplices e partícipes dos ilícitos, mas também como causadoras das crises econômicas e incapazes de gerenciar os países em momentos de crise. As consequências desse desgaste de imagem e popularidade foram mais drásticas para Rousseff, destituída do cargo em um processo de impeachment eivado de vícios jurídicos, e de motivações partidárias, considerado por parte da sociedade, um golpe parlamentar branco, visto que não foi empregada força militar para tal.

As narrativas que associam mulheres no poder à eminência do caos fazem parte da caminhada das mulheres pelo espaço público, e se cristalizaram na literatura e demais aparatos simbólicos. Valcárcel confirma esse dado ao identificar um olhar social sobre as mulheres, que as destitui de quaisquer das características definidoras de poder: capacidade de ordenar, autoridade, prestígio e privilégio (VALCÁRCEL, 2012, p.160). Adicionalmente a filósofa destaca que a relação mulher e poder foi sempre referenciada a partir do mal, “das mulheres só se espera o cataclisma” (VALCÁRCEL, 1994, p.77). Assim, o enquadramento ofertado às lideranças sul-americanas pela imprensa regional demonstra um padrão, e durante o levantamento do *corpus* de pesquisa foi possível identificar matérias de diferentes veículos com pautas semelhantes e títulos idênticos sobre a situação política das mandatárias: “*A solidão de Cristina*”, O Globo, outubro de 2012; “*A solidão de Dilma Rousseff*”, capa revista Época, abril de 2016; “*A solidão de Michelle Bachelet*”, FolhaBlog, agosto de 2016. As três matérias passeiam pelo descrédito, queda de popularidade e dificuldade de apoio no poder Legislativo, sem, no entanto, apresentar um contraponto, como as medidas oposicionistas que contribuíram para os quadros de instabilidade das gestoras. Importante pontuar que a solidão é um tema

¹⁰ Pesquisa de doutorado em desenvolvimento pelas autoras aponta que os meios de comunicação reforçaram a associação entre as presidentas e o caos econômico e político, incluindo suposições sobre a capacidade psíquica delas de se manter no cargo. No caso de Bachelet - poupada do epíteto de histérica associado a Cristina e Dilma - ficava a suspeição sobre sua conduta ética, sobre seu isolamento político e liderança fraca.

recorrente na cobertura política das presidentas, não tematizadas apenas com o viés da solidão do poder, que é um tema muito explorado pela imprensa. No caso delas a solidão, é tematizada no público e privado, com análise de suas relações na vida privada. E no caso das presidentas sul-americanas há ainda a similaridade entre elas de não possuírem cônjuge. Bachelet e Rousseff divorciadas e Fernández de Kirchner, viúva. Apenas para ilustrar o ponto segue trecho da revista Época (Ed.913, 2015):

“O isolamento da presidente Dilma está também na vida privada. Sua filha, Paula, que está grávida, e seu neto, Gabriel moram em Porto Alegre. Dilma, que é divorciada, vive no Palácio da Alvorada apenas com a mãe, Dilma Jane, de 92 anos. Desde que dona Dilma adoeceu, a filha almoça todos os dias em casa quando está em Brasília. (...) Nos finais de semana, é comum a presidente telefonar a ministros e auxiliares mais próximos para ter com quem conversar. Vencer o delicado momento do impeachment, para Dilma, é antes derrubar seu claustro. (TAVARES, LOYOLA, 2015, p.17)

Segue-se ainda como ponto de similaridade entre as presidentas a referência ao suposto autoritarismo: “*El autoritarismo creciente de Cristina Kirchner*”, La Nación online, janeiro de 2013; “*O autoritarismo histórico de Dilma Rousseff*”, Critica Nacional online, março de 2016; “*El autoritarismo de Bachelet*”, El Mostrador, junho de 2016. É possível afirmar que há uma predisposição a taxar as mulheres em posição de poder como autoritárias, tiranas. Não raro a imprensa norte-americana usa o termo pejorativo “*bitch*” para descrever o comportamento das mulheres políticas, consideradas demasiado assertivas, “mandonas”. Podemos citar Hillary Clinton, Condoleeza Rice e Kim Campbell como algumas das mulheres que ganharam a alcunha de “*bitch*” nos noticiários e em discursos de seus adversários. Diante de tantas repetições não há como denegar o traço sexista da mídia em suas críticas às mulheres políticas. A desqualificação não é de uma característica política apresentada pelo agente público mulher, mas é algo mais relacionado ao próprio fato de serem mulheres.

Os discursos apelam para atributos intrínsecos à ‘natureza feminina’, atribuindo-lhes menos valor na comparação com as qualidades ditas masculinas. Como bem observado por Nancy Fraser (2015) os “padrões que consideram as qualidades ‘masculinas’ melhor do que as ‘femininas’ estão arraigados nas nossas instituições e práticas sociais”, e a mídia reflete esse padrão, mantendo inalteradas as relações de poder. Pesquisadores (GENOVESE; THOMPSON,1993; SOURD; 2003) que trabalham com a temática de mulheres na política, têm apontado que determinadas características quando associadas ao masculino podem ser irrelevantes ou mesmo positivadas. Mas se associadas às

mulheres assumem um significado negativo. Assim características como agressividade, centralização e arrogância associadas à Cristina Fernández de Kirchner e Dilma Rousseff são considerados elementos que acarretaram o declínio de ambas (RANGEL, 2016). As duas foram ainda classificadas como histéricas, violentas e portadoras de problemas psiquiátricos conforme ilustram as capas das revistas abaixo:

Figura 1



Crédito: Imagens da internet

Ser considerada “muito feminina”, também é diagnosticado como sinal de inaptidão para esses cargos. No Chile, Bachelet foi vinculada a uma imagem de gestora conciliadora, materna e por isso apontada como uma líder fraca (RANGEL, 2016). Cantrell e Bachman (2008) enfatizam que a cobertura sobre Bachelet associava gênero à capacidade de tomar decisões difíceis. Na pesquisa realizada as autoras verificaram que a imprensa chilena reforçava que as líderes femininas eram suaves, frágeis para negociações mais duras, vítimas das características de seu sexo. Valdés (2010, p.268) destaca que analistas políticos se converteram em defensores das “dores masculinas”, em especial quando Bachelet empoderou mais mulheres em cargos do Executivo. A autora destaca que as mensagens reiteravam que “a presidenta era fraca, lhe faltavam ideias, liderança e decisão. “As conversas, comentários, chistes: tudo servia para desqualificar a presidenta e com ela todas as mulheres”. (VALDÉS, 2010, p.268)

O exemplo das presidentas sul-americanas revela a dinâmica do *double binds*. Não há escolha ou comportamento correto quando se trata de mulheres no poder. A disfunção está em mulheres ocuparem o espaço político, locais projetados e institucionalizados a partir da perspectiva androcêntrica. Em “A dominação masculina”, Bourdieu enfatiza que o modelo em que a sociedade se estruturou, incluindo suas instituições democráticas e seu conjunto de códigos simbólicos, organizou a exclusão das mulheres a ponto de que

elas sempre parecerão inadequadas nos espaços, visto que sempre parecerão desviantes da regra. O autor destaca que o feminino foi organizado simbolicamente como signo oposto ao poder.

“O mundo social funciona como um mercado de bens simbólicos dominado pela visão masculina: ser, quando se trata de mulheres, é, como vimos, ser percebido, e percebido pelo olhar masculino, ou por um olhar marcado pelas categorias masculinas – as que entram em ação, mesmo sem se conseguir enunciá-las explicitamente, quando se elogia uma obra de mulher por “ser feminina”, ou, ao contrário, “não ser em absoluto feminina”. Ser feminina é essencialmente evitar todas as propriedades e práticas que podem funcionar como sinais de virilidade; e dizer de uma mulher de poder que ela é “muito feminina” não é mais que um modo sutil de negar-lhe qualquer direito a este atributo caracteristicamente masculino que é o poder”. (BOURDIEU, 2011, p.118)

O caso de Dilma Rousseff é muito emblemático quando falamos dessa estrutura de transgressão de expectativas quanto ao comportamento de uma liderança feminina. Durante a primeira campanha eleitoral houve uma exigência de que a candidata se aproximasse mais das referências do feminino, considerando-se a proposta do marketing de tematizar que “era a vez da mulher”. Rousseff era tida como uma mulher de características muito masculinas, durona, exigente, demasiado assertiva. Debateram sobre sua sexualidade, com uso amoral do tema pelos opositores. Neste sentido, os coordenadores da campanha, todos homens, diagnosticaram que as simbologias adequadas eram os da mãe e da avó. E a garantia de sua competência na propaganda eleitoral era ratificada pelo conjunto de homens, eleitos governadores e senadores no primeiro turno. Resta claro que a campanha optou por torná-la uma pioneira, exceção à regra. É simbólico um spot do segundo turno da campanha eleitoral em 2010, em que políticos se revezam para dar a garantia de que Dilma Rousseff tinha condições de governar o país. Nota-se a ausência de mulheres políticas nesse rol de fiadores, embora houvesse senadoras eleitas que participavam da mesma coligação da futura presidenta, como Gleise Hoffman (PT-PR) e Lídice da Mata (PSB-BA). Dos 11 aliados convocados, apenas uma mulher, a senadora paulista Marta Suplicy, com o menor tempo de fala 0,2 segundos, para uma média de 0,6 segundos entre os homens. Ademais, a onipresença de Lula retirou protagonismo de Rousseff, apresentada como pupila e não como líder. (ARGOLO, 2014)

Mesmo com todas essas tentativas de enquadrar Rousseff à regra, todo seu percurso político foi transgressor, desde a militância na ditadura à simbólica cerimônia de posse,

acompanhada da filha, e não de um ‘cavalheiro’. Pode-se afirmar com segurança que “a presidenta rompeu estereótipos de gênero e apresentou-se como uma mulher que não cabe no *script* das instituições mais tradicionais da sociedade brasileira, incluindo a imprensa”. (RUBIM, ARGOLO, 2018, p.16) Todos os mecanismos de desconstrução via mídia vão, portanto, caracterizá-la como uma disfunção.

Considerações Finais

Em uma analogia ao mundo dos negócios Chait Barnett destaca que há uma predisposição da mídia para publicar reportagens sobre mulheres que falham em posições de poder, abrindo uma discussão nacional sobre o comprometimento das mulheres com o mundo do trabalho. A autora dirá ainda: “Enquanto os meios de comunicação frequentemente tratam o fracasso de uma empresária como prova de que as mulheres em geral não podem ser bem-sucedidas em espaços masculinos, o contrário não acontece quando elas prosperam” (CHAIT BARNETT, 2007, p. 156-157) (TRADUÇÃO NOSSA).

Neste sentido a representação da liderança das mulheres políticas tem caminhado na direção de apontar erros, esmiuçar os defeitos e questionar a presença das mulheres na política. O primeiro *déficit* na representação simbólica das líderes políticas relaciona-se ao silenciamento comprovado das mulheres políticas na cobertura política mundial. Norris (1997) identificou que mesmo em situações de pouca diferença numérica entre homens e mulheres em estruturas políticas formais, a cobertura das mulheres é menos expressiva que a dos homens. Ao observar alguns casos isolados, a autora percebeu que a premissa se aplicava também na comparação com mulheres que alcançaram o topo da carreira política, como Margareth Thatcher, menos visibilizada pela imprensa do que seus colegas homens.

Em pesquisa que monitorou a participação das mulheres na cobertura política brasileira de três revistas semanais, e três telejornais entre 2006 e 2007, Miguel e Biroli (2009), destacam que o noticiário de modo geral apresentou 80,4% (26.169) de personagens masculinas e 19,5% (6.364) de personagens femininas. No noticiário político a diferença se aprofunda: de um total de 13.017 personagens, 89,9% (11.703) são do sexo masculino, contra apenas 10,1% (1.314) do sexo feminino.

Quando a barreira do silêncio é transposta, erguem-se as armadilhas dos enquadramentos noticiosos estereotipados que tendem a dividir as líderes mulheres entre fracas e arrogantes. O simbólico de liderança é minado ainda pela associação aos políticos homens apoiadores. O mérito delas se não vem pelo apoio deles, é resultado do que eles deixaram

de fazer, de uma negligência masculina que oportunizou a ascensão dessas mulheres. As presidentas sul americanas não foram, portanto, reconhecidas como lideranças, mas como uma opção de contingência, como a certeza de continuidade ao trabalho do líder antecessor. Havia a expectativa declarada de tutela masculina sobre o trabalho delas, com os meios de comunicação reproduzindo estereótipos e levando suspeitas sobre a capacidade política das presidentas.

A cobertura política das mandatárias, por vezes, destacou mais os dados de aparência e humor do que as propostas políticas em curso. Como não lembrar o destaque ofertado à beleza da esposa do então vice-presidente Michel Temer, em detrimento da simbologia de se ter a primeira mulher presidente do Brasil (RUBIM, ARGOLO, 2018, p.13). Ou ainda, as referências ao estilo consumista de Cristina Fernandez de Kirchner, apelidada de “la reina”, pela imprensa argentina. Valdés (2010, p. 259) ressalta a mudança de foco da imprensa chilena após a posse de Bachelet: “a imprensa se preocupava agora do penteado e do vestido da presidenta, da atenção que dava aos filhos e como organizava seu cotidiano de mulher e mãe”.

Neste sentido, retomamos importante reflexão da pesquisadora Erika Falk sobre a interferência da mídia nas carreiras políticas das mulheres:

Os estudos que eu mencionei demonstram a importância sobre o que a mídia escreve, como ela escreve e a linguagem que utiliza. É importante porque quando a imprensa escreve menos sobre as mulheres candidatas, essas candidaturas parecem menos comuns, e como resultado menos mulheres aspiram aos cargos executivos. É importante porque se a imprensa sempre menciona o que a mulher está vestindo, ela é vista como uma candidata menos séria. É importante porque se as mulheres são descritas por emoções, isto pode levar a falsa crença de que mulheres não são suficientemente racionais para liderar. É importante porque se as mulheres são referenciadas apenas por suas relações familiares ao invés das profissionais, podem parecer menos qualificadas ou menos dedicadas ao trabalho, e é importante porque quando as mulheres são representadas como menos viáveis do que de fato elas são, as pessoas podem acreditar nisso e não votar nelas, ou as mulheres podem acreditar nisso e não se candidatarem” (FALK, 2010, p. 29) (TRADUÇÃO NOSSA)

Mesmo diante dos enfrentamentos é preciso ratificar que as passagens de Cristina Fernandez de Kirchner, Dilma Rousseff e Michelle Bachelet tiveram impactos positivos materiais e simbólicos para as mulheres. Essas gestões, com diferenças entre elas, oportunizaram o crescimento da representação descritiva de mulheres, o aumento ao combate a violência, com fortalecimento da legislação e de redes de apoio (Lei do Femicídio), e trouxeram mais investimentos à participação econômica das mulheres

(contratos de trabalho no Chile, titularidade do Minha Casa Minha Vida, e Bolsa Família, no Brasil).

Ainda que as tensões culturais atrapalhem a caminhada e o desenvolvimento político das mulheres, retroceder não se apresenta como opção para elas. O processo de inserção das mulheres ao espaço político é irreversível e essencial. Sem dúvida uma contribuição necessária para a emergência de uma sociedade nova, tecida por novos valores, resultantes de novos olhares sobre as questões de gênero e sexualidade.

Referências Bibliográficas: ARAÚJO, Clara. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 231-252, 2001.

ARGOLO, Fernanda. Dilma Rousseff: Trajetória e Imagem da Mulher no Poder. Salvador: UFBA, 2014. 151f. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Salvador, 2014.

BACHELET, Michelle. Bachelet diz que impeachment no Brasil foi mais fácil por Dilma ser Mulher. *Ópera Mundi*, 22 set.2016. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/45320/bachelet+diz+que+impeachment+no+brasil+foi+mais+fácil+por+dilma+ser+mulher.shtml>>. Acesso em 22 set.2016.

BAL, Mieke. *Conceptos viajeros en las humanidades: una guía de viaje*. Trad. Yaiza Hernández Velázquez. Murcia, España: CENDEAC, 2009.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. 4. ed. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro, 1989.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011a, pp. 193-216.

_____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011b.

CAMPUS, Donatela. *Women Political Leaders and the Media*. Palgrave Mcmillan, UK, 2013.

CANTRELL, Tânia, BACHMANN, Ingrid. Who's the lady in the window. *Journalism Studies*, Vol. 9:3, 2008, p. 429-446.

CHAIT BARNETT, Rosalind. 2007. "Women, Leadership and Natural Order," in D. Rhode and B. Kellerman (eds) *Women and Leadership* (San Francisco, CA: Wiley and Sons).

DOBBIN, Murray. *The Politics of Kim Campbell: From School Trustee to Prime Minister*. James Lorimer & Company, Publishers. Toronto, 1993.

ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), Autumn, New York: Oxford University, 1993, p.1-8.

_____. Framing U.S. Coverage of International News: Contrasts in Narratives of the KAL and Iran Air Incidents. *Journal of Communication*, 1991 (c), Oxford University.

ESTEVES, João. Duas perspectivas sobre a comunicação no espaço público: integração ou inclusão? IN: Silveirinha, Maria; Peixinho, Ana Teresa; Santos, Clara Almeida. *Gênero e Culturas Mediáticas*. Mariposa Azul: 2010, ebook. Disponível em: <http://www.triplov.com/cyber_art/cibercultura/genero-culturas-mediaticas/ebook-gcm-1.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2016.

FALK, Erika. *Women for president: media bias in nine campaigns*. 2nd.ed. University of Illinois Press, 2010.

FEITOSA, Fernanda. A participação política das mulheres nas eleições 2010: panorama geral de candidatas e eleitos. In: ALVES, J.; PINTO, C.; JORDÃO, F. (Orgs.). *Mulheres nas eleições de 2010*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política; Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

FERGUSON, Robert. *Los medios bajo sospecha: Ideología y Poder en los medios de comunicación*. Barcelona: Gedisa, 2007.

FRANCO, Marina. Era K acaba após 12 anos; *Veja* o legado dos Kirchner. *G1*, 10 dez.2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/12/era-k-acaba-apos-12-anos-Veja-o-legado-dos-kirchner-na-argentina.html>. Acesso em: 16 jan.2016.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

_____. Reconhecimento sem ética? *Lua Nova*, São Paulo, 70: 101-138, 2007.

FREITAS, Zilda de Oliveira. A literatura de autoria feminina. In: FERREIRA, Lúcia; NASCIMENTO, Enilda. (Orgs.). *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM/UFBA, 2002.

G1. Bachelet tem nível de aprovação mais baixo desde retorno da democracia. *G1*, 19 ago.2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/08/bachelet-tem-nivel-de-aprovacao-mais-baixo-desde-retorno-da-democracia.html>>. Acesso em 20 ago.2016.

GENOVESE, Michel; THOMPSON, Seth. Women as chief executives: does gender matter? In: GENOVESE, Michael A. (Ed.). *Women as national leaders*. Newbury Park, CA: Sage, 1993. p. 1-12.

- GROSSI, Miriam; MIGUEL, Sônia. Transformando a diferença: as mulheres na política. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.
- HUDDY, Leone; TERKILDSEN, Nayda. A gender stereotypes and the perception of male and female candidates. *American Journal of Political Science*, v. 37, p. 119-147, 1993.
- JAMIESON, Kathleen Hall. *Beyond the double binds: women and leadership*. Oxford University Press, 1995.
- KELLNER, Douglas. A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- LIPOVETSKY, Gilles. *A Terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. Instituto Piaget, 1997.
- MACKINNON, Catarina. The Liberal State. In: *Toward a feminist theory of the state*. First Harvard University Press paperback edition, 1991.
- MARTINS, Carla. *Mulheres, Liderança Política e Media*. Alêtheia Editores: Lisboa, 2015.
- MEDIA MATTERS. A Comprehensive Guide to Sexist Attacks On Hillary Clinton From The 2008 Campaign. *MediaMatters.org*. 5fev.2016. Disponível em: <<http://mediamatters.org/research/2016/02/05/a-comprehensive-guide-to-sexist-attacks-on-hill/199700>>. Acesso em: 7 fev.2016.
- Morte de Néstor Kirchner joga a Argentina num vazio político. *Jornal da Globo*. São Paulo: Globo, 27 de outubro de 2010. Programa de TV. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2010/10/morte-de-Néstor-kirchner-joga-argentina-num-vazio-politico.html>>. Acesso em 14 jul. 2016.
- MIGUEL, Luís Felipe. Representação Democrática: Autonomia e Interesse ou Identidade e Advocacy. *Lua Nova*, São Paulo, 84: 25-63, 2011.
- _____, Biroli, Flávia. *Caleidoscópio Convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- MURRAY, Rainbow. *Cracking the Highest Glass Ceiling: a Global Comparison of Women's Campaigns for Executive Office* (Praeger), ed, 2010.
- ONU. Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. 18 de dezembro de 1979. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/english/law/cedaw.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2012.
- PATEMAN, Carole. Women and consent. *Political Theory*, Vol. 8, No. 2. (May, 1990), p.149 –168.

- PHILLIPS, A. Democracy and representation: or why should it matter who our representantives are? In: PHILLIPS, Anne. (Ed.). *Feminism and politics*. Oxford: Oxford University Press, p. 224-240,1998.
- PISCOPO, Jenniffer M. Primera Dama, Prima Dona?. IN: MURRAY, Rainbow. (Org.) *Cracking the Highest Glass Ceiling: a Global Comparison of Women's Campaigns for Executive Office* (Praeger), ed, 2010. p.197-219.
- NORRIS, Pipa. *Women, Media, and Politics*. Ed. New York: Oxford University Press, 1997.
- RANGEL, Patrícia Duarte. IN: Souza, Marcela. Cristina, Bachelet, Dilma e o velho machismo latino. *Calle II*. Disponível em: <<http://calle2.com/dilma-bachelet-e-cristina-e-o-velho-machismo-latino/>>. Acesso em: 16 jun. 2016.
- ROUSSEFF, Dilma. *Leia íntegra do discurso de posse de Dilma Rousseff no Congresso*. Disponível em: <<http://www.folhaonline.com.br.>>. Acesso em: 02 jan. 2011.
- SCOTT, Joan. *Only paradoxes to offer: french feminists and the rights of man*. Cambridge: Harvard University Press, 1998.
- TAVARES, Flávia; LOYOLA, Leandro. Dilma Rousseff: uma president na clausura política. *Revista Época*, ed. 913, 7/12/2015.
- VALDÉS, Teresa. El Chile de Michelle Bachelet: Género en el poder? *Latin American Research Review*, 2010, p. 248-273.
- VILADOT Y PRESAS, Maria. La imagen de las mujeres políticas en los medios de comunicación. In: *Mujeres, política y medios de comunicación*. Fundação Audiovisual de Andaluzia. Disponível em: <http://www.fundacionava.org/?section=mujer-y-medios-publicaciones&action=ficha&contentid=163>. Acesso em: 20 set. 2015.
- YOUNG, I. M. Unruly categories: A critique of Nancy Fraser's dual system theory. *New Left Review*. n. 222. 1997, p. 147-160.
- _____. *Representação Política, Identidades e Minorias*. Lua Nova, São Paulo, 67: 139-190, 2006.
- YOUTUBE. Jorge Lanata a Cristina Kirchner: "Es una pobre vieja enferma". *Periodismo para Todos*. 16 out.2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=l-phrbtJSYk>. Acesso em 18 out.2016.